

 <p>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</p>	 <p>Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais</p>	<p align="center">Licença de Operação</p> <p align="center">Nº 17931</p> <p align="center">Validade 18/11/2023</p> <p align="center">Protocolo 144899113</p>
<p>O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 144899113, expede a presente Licença de Operação à:</p>		
<p>01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO</p>		
<p>Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física</p>		
<p>RODRIGO LUIS HOBI E CIA LTDA</p>		
<p>C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 03881708000197</p>	<p>Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENTO</p>	
<p>Endereço</p>		
<p>LOCALIDADE DE DIVIVA S/N</p>		
<p>Bairro RURAL</p>	<p>Município São Mateus do Sul</p>	<p>UF PR</p> <p>Cep 83900000</p>
<p>02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</p>		
<p>Empreendimento</p>		
<p>RODRIGO LUIS HOBI</p>		
<p>Tipo de empreendimento/atividade</p>		
<p>EXPLOTAÇÃO DE BASALTA/DIABASIO, ARGILA E SAIBRO</p>		
<p>Endereço DIVISA</p>		<p>Bairro Zona Rural</p>
<p>Município São Mateus do Sul</p>		<p>Cep 83900000</p>
<p>Corpo Hídrico do Entorno Arroio Água Branca</p>	<p>Bacia Hidrográfica Iguaçu</p>	
<p>Destino do Esgoto Sanitário *****</p>	<p>Destino do Efluente Final Infiltração no Solo</p>	
<p>03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO</p>		
<ul style="list-style-type: none"> Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível 		
<p>Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento</p>		
<p>Esta Licença trata-se de Renovação de Licença Ambiental de Operação. Protocolo: 79235229, Licença: 17931, Emissão da Licença: 27/06/2013, Validade: 27/06/2017.</p>		
<p>Trata-se de empreendimento e atividade voltada a Extração Mineral (Basalto/Diabasio), Argila e Cascalho, contando com 23 funcionários, DNPM 826085/2004 com 28,77 ha área da Lavra na Matricula sob nº 10112 parte encontra-se reflorestado outra com cobertura vegetal de nativas, localizada na localidade denominada Linha Divisa, interior da cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, nas coordenadas Geográficas 22 J UTM - 22J - E 562920 e N 7118050.</p>		
<p>A presente licença autoriza o aproveitamento do bem mineral (Basalto) , na porção da poligonal do Processo de Titulação Mineral - DNPM 826085/2004, em área correspondente ao plano apresentado; Todas as medidas de controle e monitoramento propugnadas no PCA e suas complementações deverão ser integralmente atendidas por parte do requerente.</p>		
<p>A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 2º, Inciso III da Resolução SEMA/IAP, de 24 de agosto de 1998, autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental.</p>		
<p>A extração mineral deverá se desenvolver através de bancadas regulares e estáveis, com inclinações e alturas compatíveis com a litologia do local, devendo atender o planejamento apresentado;</p>		



Secretaria de Desenvolvimento
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 17931

Validade 18/11/2023

Protocolo 144899113

As ampliações ou alterações nos processos de produção ou volumes produzidos, ora licenciados, de conformidade com o estabelecido pela Resolução SEMA/IAP nº 31, de 24 de agosto de 1998 em seu Artigo 4º, ensejará novos licenciamentos, prévio de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada, devendo atender ao Planejamento apresentado no Plano de Controle Ambiental e suas complementações.

A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, § 2º.

O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08.

Os níveis de pressões sonoras (ruídos) decorrentes da atividade desenvolvida no local deverão estar em conformidade com aqueles preconizados pela resolução CONAMA nº 001/90.

A presente licença não autoriza a supressão de vegetação nativa independente de seu estágio de regeneração ou intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP) qualquer supressão de vegetação na área objeto da presente Licença deverá ser solicitado com antecedência a este órgão através do site do IAP/ SINAFLOR;

Deverá ser mantida uma faixa de amortecimento em relação a vegetação no local e vias de acesso;

Deverá ser efetuado o monitoramento sísmico e acústico a cada detonação, contemplando a instalação de geofones a distancias compatíveis as edificações mais próximas;

Devera ser realizado análises químicas semestrais da qualidade das águas do curso hídrico local a jusante e a montante do empreendimento, e da água proveniente do bombeamento da cava, a ser coletada no seu ponto de lançamento;

Deverá ser apresentado, para a Renovação da Licença de Operação, um Relatório, Técnico (com fotos) das Atividades, descrevendo os trabalhos desenvolvidos no período de sua vigência e as medidas de controle ambiental implementadas, além da indicação daquelas previstas para o período subsequente contendo a interpretação dos dados referente ao monitoramento da qualidade das águas e ao monitoramento sísmico e acústico. Informa que os relatórios deverão ser referentes exclusivamente ao empreendimento em questão;

Licença foi concedida com base nas informações constantes do CEM, apresentado pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeita, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

Quando da Renovação da presente Licença de Operação deverá como requisito de licenciamento que o empreendedor implante e opere a atividade extrativa de acordo com o planejamento apresentado.

Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam as seguintes condições:

a) pH entre 5 a 9;

b) temperatura: inferior a 40° C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3° C;

c) materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;

d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;

e) óleos e graxas

-- óleos minerais até 20 mg/l

-- óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;

f) ausência de materiais flutuantes;



Secretaria de Desenvolvimento
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 17931

Validade 18/11/2023

Protocolo 144899113

Local e data

União da Vitória, 18 de novembro de 2019

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP